

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 2.986, DE 2008

Veda a inscrição de nome de consumidor de serviço público em cadastro de restrição ao crédito.

Autor: Deputado VINICIUS CARVALHO

Relator: Deputado ARACELY DE PAULA

I – RELATÓRIO

O presente projeto de lei pretende vedar a inclusão de devedores de serviços públicos em cadastros de consumidores inadimplentes.

Além desta Comissão, a proposição será também apreciada pela Comissão de Defesa do Consumidor, quanto ao mérito, e pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, quanto aos aspectos de constitucionalidade, regimentalidade e juridicidade.

O projeto não recebeu emendas no âmbito da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

II - VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 32, XVIII, alínea “p”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão manifestar-se sobre o mérito da proposição.

Constitui fato notório atualmente a existência dos cadastros de consumidores, organizados e mantidos por entidades prestadoras

de serviços cadastrais, que informam, a título oneroso ou gratuito, sobre adimplemento e inadimplemento de consumidores.

Não há dúvida que tais entidades podem prestar serviços relevantes ao mercado, desestimulando a ação de maus consumidores e, assim, reduzindo a possibilidade de ocorrência de prejuízos aos comerciantes em geral.

Entretanto, entendo justo adotar um tratamento diferenciado em favor dos consumidores de serviços públicos. O serviço público existe para satisfazer as necessidades da coletividade, visando sempre o interesse público. Nesse sentido, não se pode admitir que a inadimplência de um consumidor de um serviço público tenha o mesmo tratamento adotado no caso da inadimplência de um consumidor de um serviço privado, ou seja, não essencial.

A inadimplência em um serviço não essencial quase sempre é decorrente de um planejamento inadequado, de descontrole do consumidor, ou seja, por culpa exclusiva do mesmo, o que não ocorre no caso da inadimplência no pagamento de um serviço público, que se dá em função da dificuldade financeira do consumidor. É evidente que o consumidor de um serviço público não busca ficar inadimplente, pois corre o risco do corte do serviço, o que afetaria a sua própria dignidade.

A inclusão do consumidor em cadastro de restrição de crédito, por inadimplência no pagamento de prestação de serviço público, é uma punição severa, uma vez que, na maioria dos casos, ele já é penalizado com a interrupção da prestação dos serviços.

Por todo o exposto, manifesto o meu voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.986, de 2008.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado ARACELY DE PAULA
Relator